

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

68 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 01 a 02/02/2021):

1. PRIORIDADES DA PRESIDENCIA POR I UGUESA - COMISSUES DO PE	1
2. DIMENSÃO PARLAMENTAR DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA	1
3. VACINAS CONTRA A COVID-19 ESTRATÉGIA DA UE	2
4. AUDIÇÃO DO COMISSÁRIO DIDIER REYNDERS NA AR - ESTADO DE DIREITO	3
5. PARLAMENTO EUROPEU COMISSÕES PARLAMENTARES	3
Comissão AFCO	3
Comissão ECON	4
Comissões ENVI e AGRI	4
Comissão BUDG	4
Comissão DEVE	4
6. COMISSÃO EUROPEIA PLANO EUROPEU DE LUTA CONTRA O CANCRO	5
7. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	5
8. RELAÇÕES ENTRE A UE E O REINO UNIDO	6
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Videoconferência informal de ministros da Competitividade (Investigaçã Inovação)	io e 6
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7



<u> 1. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA - COMISSÕES DO PE</u>

Esta semana, realizaram-se **as restantes audições nas Comissões do PE** dos membros do Governo português que, nas suas diferentes configurações, exercem a Presidência rotativa do Conselho.

Assim, realizaram-se as seguintes audições (hiperligação para as audições disponível):

- <u>Comissão do Desenvolvimento Regional</u>, Ministro do Planeamento, <u>Nélson de Souza</u>;
- <u>Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, Ministro da Administração</u> Interna, Eduardo Cabrita, e Ministra da Justica, Francisca van Dunem;
- Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar, Ministra da Saúde, <u>Marta Temido</u>

O Serviço de Imprensa do PE disponibiliza uma <u>síntese com os principais temas abordados</u> <u>em cada uma destas audições</u>, que permite densificar cada um dos debates.

2. DIMENSÃO PARLAMENTAR DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA¹

Nos dias <u>1 e 2 de fevereiro realizou-se</u>, por videoconferência, a <u>8.ª Reunião do Grupo</u> <u>Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol</u>.

Esta conferência interparlamentar, criada em 2017 para implementar o disposto no Tratado de Lisboa sobre o controlo político que os Parlamentos nacionais e o PE devem exercer relativamente às atividades da Europol,



teve como <u>temas principais</u>: a <u>revisão do mandato da Europol</u> e debates temáticos centrados na <u>cibercriminalidade e resiliência digital</u>, bem como no <u>impacto da COVID-19 na segurança interna da UE – o papel da cooperação policial</u>.

Foi a primeira vez que a AR presidiu, em conjunto com o PE, a este Grupo, tendo participado nos trabalhos **78 membros dos Parlamentos nacionais e Parlamento Europeu.** No dia 1 de fevereiro, foram apresentadas as <u>atividades desenvolvidas pela Europol entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021</u>, com a participação da Diretora Executiva da Europol, Catherine De Bolle, Wojciech Wiewiórowski da



Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e <u>contributos escritos</u>. As principais atividades foram assim debatidas pelos participantes com enfoque no impacto e riscos da proteção de dados (*BigData*) e conexão com inteligência artificial nas atividades da Europol, assim como os desenvolvimentos no combate à criminalidade organizada em vários domínios e a revisão do mandato da Europol.

O <u>debate temático sobre Cibercriminalidade e resiliência digital</u> contou com o contributo de Edvardas Šileris, Diretor do Centro Europeu da Cibercriminalidade da Europol, e <u>Pedro</u>

1

¹ Ponto elaborado com apoio de Liliane Sanches, assessora da Comissão de Assuntos Europeus. Fotos AR-PPUE.



<u>Verdelho</u>, Coordenador do Gabinete Cibercrime da Procuradoria-Geral da República, destacando-se, no âmbito da cibercriminalidade, as dificuldades de prova e as situações de incerteza, a criminalidade transfronteiriça e o papel das autoridades de aplicação da lei, cooperação judicial neste âmbito e proteção dos direitos humanos, desinformação, crimes contra infraestruturas e cooperação com entidades privadas.

No segundo dia de reunião, o debate sobre a revisão e reforço do mandato da Europol focou sobretudo a nova proposta da Comissão Europeia neste âmbito, o envolvimento da Europol em novas áreas, a sua relação com a proteção de dados e o crescimento do seu apoio operacional aos Estados-Membros. Com a presença da Comissária para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, e o Ministro da Administração Interna do Governo português, Eduardo Cabrita, os membros dos Parlamentos nacionais e do PE deram nota das suas preocupações sobre a cooperação com o Reino Unido, meios para o combate à criminalidade transfronteiriça, estabelecimento de parcerias estratégicas e operacionais com entidades privadas e países terceiros, proteção de dados e direitos fundamentais e financiamento e meios adaptados às novas exigências do mandato da Europol.





O último debate temático, focado no impacto da

COVID-19 na segurança interna da UE e o papel da cooperação policial neste âmbito, contou novamente com a presença de Catherine De Bolle, Diretora Executiva da Europol, e Vittorio Rizzi, Diretor-Geral Adjunto de Segurança Pública de Itália e Copresidente do Grupo de Trabalho de Chefes de Polícia sobre a COVID-19. Os participantes discutiram a possibilidade de criação de um código de ética policial, investimento na inovação para combate à cibercriminalidade, agravamento da criminalidade organizada no que se refere aos produtos de saúde, sobretudo vacinas, no contexto da pandemia, problemas de segurança na partilha de informação, mas também o problema da desinformação e a importância da interoperabilidade entre sistemas e agências.

Ainda neste âmbito, refira-se que o PE publicou esta semana uma <u>avaliação de impacto sobre a</u> <u>revisão do Regulamento da Europol.</u>

3. VACINAS CONTRA A COVID-19 | ESTRATÉGIA DA UE

Na <u>Síntese n.º 67</u>, demos nota desenvolvida das questões relacionadas com *roll-out* da <u>estratégia</u> de <u>vacinação a UE</u>, e da <u>controvérsia</u> em torno do <u>contrato com a AstraZeneca</u>. Ainda no final da semana passada, e após recomendação positiva pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA), a Comissão Europeia concedeu a **autorização condicional de introdução no mercado para a vacina pela AstraZeneca**, a terceira vacina contra a COVID-19 autorizada na UE.

No entanto, e como havíamos referido, a Comissão Europeia estava a analisar a <u>criação de um mecanismo de restrição de exportações de vacinas</u>, que viria a ser <u>apresentado igualmente no final da semana</u>. A aprovação deste mecanismo ficou marcada pela indicação inicial de que a Comissão planeava <u>acionar a cláusula de salvaguarda</u> do <u>Protocolo relativo à Irlanda do Norte</u>



(<u>Artigo 16.º</u>), o que seria equivalente à criação de uma fronteira física (ainda que temporária) com a UE. A Comissão Europeia acabou por <u>assumir a responsabilidade por este lapso</u> e <u>retirou essa disposição</u>.

Finalmente, um outro desenvolvimento interessante desta semana foi o estudo publicado na revista científica <u>Lancet</u>, que aponta para uma <u>eficácia de 92% da vacina Sputnik V</u>, de fabrico russo. Estão em curso conversações com a EMA, para avaliar uma possível autorização condicional de mercado para esta vacina na UE.

4. AUDIÇÃO DO COMISSÁRIO DIDIER REYNDERS NA AR - ESTADO DE DIREITO 2

No dia 2 de fevereiro, o <u>Comissário responsável pela Justiça</u>, <u>Didier Reynders, apresentou à Assembleia da República</u> o <u>Relatório de 2020 sobre o Estado de Direito: Situação na União Europeia</u>. Numa audição conjunta com as Comissões de Assuntos Europeus e de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em formato de videoconferência, o Comissário focou a importância do Estado de direito e da independência, qualidade e eficiência do sistema de justiça, o quadro jurídico anticorrupção, o pluralismo e liberdade dos meios de comunicação e o controlo dos equilíbrios institucionais.

Especificamente quanto a Portugal, destacou a necessidade de uma maior eficiência dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a demora na tramitação dos processos judiciais, a falta de regulamentação de matérias como o lobby e dificuldades nos processos judiciais relativos aos crimes de corrupção. O período de debate centrou-se essencialmente nas questões relativas à reforma do sistema judicial português, a digitalização da justiça, o caso da nomeação do Procurador português para a Procuradoria Europeia, as restrições dos direitos fundamentais causadas pela pandemia, a resposta coordenada europeia no combate à corrupção, a violação dos direitos humanos na União Europeia, a regulamentação do lobby em Portugal e o regime de proteção dos denunciantes.

5. PARLAMENTO EUROPEU | COMISSÕES PARLAMENTARES

Comissão AFCO

A Comissão de Assuntos Constitucionais discutiu, no dia 4 de fevereiro, possíveis melhorias ao artigo 50.º do Tratado da União Europeia, com base na experiência do processo de saída do Reino Unido da União Europeia. A reunião contou com a participação de académicos e peritos, que concordaram que este artigo provou ser adequado na sua primeira ativação, ao salvaguardar a integridade da UE e da sua ordem jurídica e proporcionando uma via para a retirada ordenada do Reino Unido.

Foram levantadas pelos Deputados várias questões relativas à antecipação e gestão do impacto do processo de saída de um Estado-Membro, sobretudo num cenário de não acordo, definição mais pormenorizada do processo, calendário e opções de extensão, possíveis benefícios da introdução de uma fase preparatória para definir a relação futura, um processo de escrutínio parlamentar adequado e fixação de regras como o prazo para revisão dos textos da negociação, possibilidade de regras relativas à revogação de um pedido de saída, adesão de um antigo Estado-Membro ou retirada apenas quanto a aspetos específicos da integração europeia.

3

² Ponto elaborado pelo assessor da Comissão de Assuntos Europeus, Gonçalo Pereira.



No que aos cidadãos diz respeito, foi discutida a importância de os ouvir e assegurar os seus direitos, bem como a possibilidade de referendo vinculativo, no final do processo de saída, sobre os termos da relação futura, tendo sido referida a possibilidade de discussão destes tópicos na Conferência sobre o Futuro da Europa.

Comissão ECON

A Comissão de Assuntos Económicos e Monetários <u>reuniu-se</u> esta semana com o Ministro de Estado e das Finanças de Portugal e Presidente do ECOFIN, **João Leão**, para um diálogo económico e troca de pontos de vista com os membros da Comissão, já iniciado no dia 25 de janeiro e sobre o qual destacamos este <u>briefing</u>.

Comissões ENVI e AGRI

As Comissões de Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar e de Agricultura e Desenvolvimento Rural organizaram, no dia 4 de fevereiro, uma <u>audição pública</u> sobre a **Estratégia do Prado ao Prato**, sobre o papel que a Estratégia deve desempenhar, perspectivas futuras, os desafios a enfrentar mas também as suas ligações e a sua possível integração com outras políticas.

Comissão BUDG

Os membros da Comissão de Orçamentos <u>questionaram</u> Sandra Gallina, Diretora-Geral para a Saúde e Segurança Alimentar da Comissão Europeia, sobre a **disponibilidade de vacinas e a utilização do orçamento da UE**. A Diretora-Geral deu nota do que a Comissão estaria a fazer para obter vacinas suficientes para atingir o seu objectivo de 70% da população adulta da UE vacinada até ao verão, referindo-se à negociação rápida dos contratos, tendo os Deputados pedido transparência nos contratos com a Astra Zeneca, sobretudo na forma como os fundos do orçamento da UE são utilizados e distribuídos, referindo que os acordos com as empresas farmacêuticas são de *"interesse público superior"*, devendo ser divulgados.

Sandra Gallina referiu que o problema está ligado à produção e não ao número de doses encomendadas, contando com um avanço no segundo trimestre de 2021, com empresas cujas vacinas ainda não estão registadas, bem como com um segundo contrato com a BioNTech, para alcançar o objectivo de vacinação da Comissão.

Comissão DEVE

Também sobre o tema das vacinas, reuniu a Comissão do Desenvolvimento com a Comissária responsável pelas Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen, tendo os Deputados referido que as vacinas contra a COVID-19 deviam também ser produzidas em países em desenvolvimento para conter a pandemia. A Comissária defendeu que «distributing vaccines globally is our exit strategy from the pandemic» e assegurou que a Comissão coordenará um "mecanismo comum de partilha de vacinas da UE", no qual os países da UE podem doar parte das suas vacinas através do programa COVAX, especialmente quando a produção de vacinas for aumentada, anunciando que o COVAX iniciará a entrega a 18 países, incluindo 12 de rendimento baixo e médio, até ao final de Fevereiro. Os Deputados assinalaram a actual escassez de doses de vacinas na própria UE, insistindo na suspensão das patentes de vacinas, permitindo que países em desenvolvimento produzam as suas próprias vacinas e não dependam da disponibilidade da UE.



6. COMISSÃO EUROPEIA | PLANO EUROPEU DE LUTA CONTRA O CANCRO

A Comissão Europeia apresentou no dia 3 de fevereiro o <u>Plano Europeu de Luta Contra o Cancro</u>, que procurará abordar todo a percurso da doença, da prevenção à qualidade de vida dos doentes e sobreviventes do cancro, centrando-se nas ações em que a UE pode proporcionar o maior valor acrescentado, focando-se assim em quatro domínios de ação principais:

- **Prevenção**: mediante ações que incidem sobre os principais fatores de risco, promoção de hábitos de vida saudáveis e vacinação;
- **Deteção precoce**: melhoria em matéria de acesso, qualidade e diagnóstico, e do auxílio prestado aos Estados-Membros;
- **Diagnóstico e tratamento**: ações destinadas a assegurar cuidados oncológicos mais integrados e abrangentes, a combater a desigualdade no acesso a cuidados de saúde e medicamentos de qualidade, bem como o lançamento da iniciativa Diagnóstico e tratamento do cancro para todos, até ao final de 2021, e identificação das pessoas que apresentam um risco elevado de desenvolver um dos cancros mais comuns.
- Melhoria da qualidade de vida: de doentes e sobreviventes, sobretudo na readaptação, potencial recorrência de tumores, doenças metastáticas e medidas de apoio à integração social e à reintegração no local de trabalho, destacando-se o lançamento da iniciativa Uma melhor vida para os doentes com cancro, centrada nos cuidados de acompanhamento.

Associadas ao Plano encontram-se <u>10 iniciativas emblemáticas e diversas ações de apoio</u>, integrando um conjunto de domínios de intervenção, desde o emprego, a educação, a política social e a igualdade, a comercialização, a agricultura, a energia, o ambiente, o clima, os transportes, até à política de coesão e à fiscalidade.

Em termos de financiamento, os instrumentos de financiamento da Comissão para o Plano totalizam 4 mil milhões de euros, que se encontram reservados para ações de luta contra o cancro, nomeadamente do Programa UE pela Saúde, do Horizonte Europa e do Programa Europa Digital. O plano europeu de luta contra o cancro é um pilar fundamental da <u>União Europeia da Saúde</u>, apresentada pela presidente Ursula von der Leyen em novembro de 2020.

7. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Em <u>sínteses anteriores</u>, temos dado nota das negociações para a definição do âmbito, da estrutura e dos objetivos da <u>Conferência sobre o Futuro da Europa</u>, um projeto anunciado pela presidente Ursula von der Leyen nas suas <u>orientações políticas</u>, para dar mais voz aos europeus sobre a ação da União Europeia e a forma como esta trabalha para eles. A Presidência portuguesa do Conselho da UE tem envidado esforços para ultrapassar as divergências existentes, nomeadamente sobre a liderança da Conferência e a sua governação.

Deste modo, importa dar nota de que o Conselho adotou esta semana uma proposta revista do seu mandato, sendo as alterações mais significativas. i) a criação de uma liderança tripartida da Conferência, com os Presidentes das três instituições (Conselho da UE, Comissão e PE), ao invés de uma "personalidade europeia eminente" que constava do mandato anterior; ii) o estabelecimento de um Conselho Executivo, no lugar do anterior steering committee, composto



por até três representantes por instituição e com a **COSAC como observadora**. Citamos o parágrafo 12 do mandato, para benefício do rigor na compreensão:

"12. The Council considers that the Conference could be placed under the authority of the three European Institutions, represented by the President of the European Parliament, the President of the Council and the President of the European Commission, acting as a Joint Chairmanship. There should also be an executive board composed of up to three representatives of the European Parliament, the Council1 (the rotating Presidency and the two which will follow) and the European Commission on an equal footing, as well as the current and incoming COSAC rotating presidencies as observers. The executive board may also invite Representatives from European Institutions as well as other bodies or groups participating in the Conference (notably CoR/EESC), in a limited number, as observers, where appropriate. The executive board should act in a transparent manner and take its decisions by consensus regarding the Conference, including organisational issues and invitations of observers, its processes and events, overseeing the Conference as it progresses."

Os passos seguintes serão as <u>negociações entre o Conselho, a Comissão e o PE para a adoção da</u> <u>Declaração Conjunta</u> sobre a Conferência, havendo a expectativa de que tal possa acontecer até final de fevereiro.

8. RELAÇÕES ENTRE A UE E O REINO UNIDO

As <u>Comissões de Assuntos Externos</u> e de <u>Comércio Internacional do PE prosseguem o seu escrutínio</u> do <u>Acordo de Comércio e Cooperação entre a UE e o Reino Unido</u>, tendo sido apresentado o seu **projeto de relatório nesta sexta-feira**. Os relatores são <u>Kati Piri</u> (AFET, S&D, NL) e <u>Christophe Hansen</u> (INTA, EPP, LU).

O think-tank do PE publicou esta semana uma <u>análise bastante abrangente</u> do Acordo, que disponibilizamos integralmente <u>aqui</u>.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência informal de ministros da Competitividade (Investigação e Inovação)

Reuniram os ministros no dia 3 de fevereiro para discutir, no seguimento do lançamento do programa Horizonte Europa para 2021-2027, o **reforço da Área Europeia de Investigação** (European Research Area – ERA), em particular no desenvolvimento de carreiras científicas na Europa, preparando as conclusões a adotar na reunião formal de ministros, que se encontra prevista para o final de maio.

Na reunião, presidida pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, e na qual participou também a Comissária Europeia da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriel, os ministros trocaram ainda pontos de vista sobre **atividade de investigação e inovação e a criação de novos empregos na União Europeia** (com base na ligação entre o Horizonte Europa 2021-2027, os programas nacionais de recuperação económica Next Generation EU 2021-2027 e os fundos estruturais para os próximos anos), **atração**, alargamento e promoção de recursos humanos qualificados na área de investigação e novos horizontes para as atividades de investigação e inovação.



10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a sessão plenária do PE, com os seguintes <u>destaques</u>³:

- <u>Debate sobre a estratégia de vacinação da UE</u>
- Debate e aprovação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência
- Debate sobre o <u>equilíbrio entre escrutínio democrático e direitos fundamentais nas redes</u> sociais
- Debate com o Alto-Representante Josep Borrell sobre a <u>situação posição política na</u>
 <u>Rússia</u>
- Debate sobre o salário mínimo europeu

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>9 de fevereiro</u> de 2021, com a apresentação da Comunicação Conjunta sobre a parceria renovada da UE com a vizinhança sul.

Conselho da União Europeia

A Presidência portuguesa disponibiliza o <u>calendário de eventos</u>, não estando previstas reuniões do Conselho na próxima semana.

Bruxelas | 5 de fevereiro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC, e apoio da Equipa da Comissão de Assuntos Europeus)

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.

³ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.